



Escola de Administração  
Fazendária

**CONCURSO PÚBLICO PARA  
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE  
FORTALEZA - CE - 2002**

# Prova Objetiva

## INSTRUÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_ Nº Inscrição: \_\_\_\_\_

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 90**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 5.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Direito Constitucional	01 a 15	2
Direito Administrativo	16 a 30	
Direito Tributário	31 a 45	
Direito Civil	46 a 60	
Direito do Trabalho	61 a 75	
Direito Processual Civil	76 a 90	

**Boa Prova**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nas questões 01 a 03, assinale a opção correta.

- 01- a) A lei anterior à Constituição Federal incompatível, no seu conteúdo, com a nova Carta da República, deve ser declarada, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, supervenientemente inconstitucional.
- b) As normas da Constituição de 1967/1969, que não entram, quanto ao seu conteúdo, em linha colidente com a Constituição de 1988, são consideradas como recebidas pela nova ordem, com *status* de lei complementar.
- c) A revogação da lei, objeto de ação direta de inconstitucionalidade, no curso dessa ação, não prejudica a apreciação do mérito da demanda, se a lei tiver produzido efeitos concretos, durante o seu período de vigência.
- d) Todo Decreto-Lei editado antes da Constituição de 1988 perdeu eficácia depois da promulgação desta, uma vez que a ordem constitucional em vigor não previu tal instrumento normativo.
- e) Lei ordinária anterior à Constituição de 1988, com ela materialmente compatível, é tida como recebida pela nova ordem constitucional, mesmo que esta exija lei complementar para regular o assunto.
- 02- a) A lei orgânica do Município, por ter natureza constitucional, não pode ser objeto de representação por inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado em que situado o Município.
- b) Sofre de inconstitucionalidade a lei orgânica do Município que não prevê a hipótese de iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.
- c) Uma lei ordinária municipal, incompatível com a lei orgânica do mesmo Município, revoga-a, se lhe for posterior, nos pontos em que a tritare.
- d) A lei orgânica do Município pode estabelecer que o Prefeito será julgado por crimes comuns pelo Juiz de Direito da Comarca em que situado o Município.
- e) É expressamente proibido que o Município adote o regime das medidas provisórias na sua lei orgânica.

- 03- a) Para que o prefeito seja processado criminalmente, a Constituição Federal exige que a Câmara de Vereadores confira licença para tanto.
- b) A Câmara de Vereadores pode sustar processo criminal aberto contra qualquer de seus membros.
- c) A imunidade parlamentar de que gozam os vereadores pode abranger opiniões por eles proferidas fora do recinto da Câmara Municipal, embora em local situado na circunscrição do Município.
- d) O prefeito não pode ser preso enquanto estiver no desempenho do seu mandato.
- e) A imunidade parlamentar por palavras e opiniões dos vereadores não alcança os casos definidos como crime contra a honra.

04- Assinale a opção em que consta exigência não cobrada pelo constituinte federal para a criação de Município por desmembramento de outro.

- a) Divulgação de estudos de viabilidade municipal.
- b) Consulta prévia à população da área que se pretende desmembrar.
- c) Consulta prévia à população da área que remanescerá no Município-mãe.
- d) Observância do período determinado por lei complementar federal para a criação de Município.
- e) Edição de lei estadual criando o novo Município.

05- Assinale a opção correta.

- a) É inconstitucional a lei municipal que concede reajuste automático de vencimentos aos servidores municipais pela variação de índices apurados por órgãos do Governo Federal.
- b) O Município não tem competência para legislar sobre horário de funcionamento de farmácias e drogarias.
- c) É inconstitucional a lei que reduz o valor de pensão instituída por ato de liberalidade do Município.
- d) Lei Municipal não pode instituir teto remuneratório para os servidores do Município, sob pena de inconstitucionalidade formal.
- e) Não afronta a Constituição Federal a norma da lei orgânica do Município que atribui à Câmara Municipal competência para julgar as suas próprias contas.

06- Assinale a opção que, pelos dados que apresenta, não revela conter hipótese de inconstitucionalidade.

- a) Lei da iniciativa de vereador que institui direito de creche para os servidores públicos municipais.
- b) Lei da iniciativa do prefeito que estabelece horário de funcionamento das agências bancárias no território do Município.
- c) Lei da iniciativa de vereador que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano do Município.
- d) Emenda à lei orgânica do Município que estabelece a faculdade de servidores públicos municipais converterem em abono pecuniário um terço das suas férias anuais.
- e) Norma da lei orgânica do Município que determina a prévia anuência da Câmara Municipal para os convênios celebrados por agentes do Executivo Municipal.

07- Sobre as medidas provisórias, assinale a opção correta.

- a) Pacificou-se o entendimento de que os Estados-membros e os Municípios não podem adotar o regime das medidas provisórias no seu processo legislativo.
- b) Uma medida provisória, mesmo que rejeitada pelo Congresso Nacional, pode ser reeditada na sessão legislativa seguinte àquela em que ocorreu a rejeição.
- c) Admite-se, hoje, como válida a edição de medida provisória em matéria penal, desde que venha a favorecer o réu.
- d) Desde que haja a concorrência dos pressupostos da urgência e relevância, nada impede que uma medida provisória altere dispositivos do Código de Processo Civil.
- e) Incumbe ao Congresso Nacional, por meio de lei, regular as relações jurídicas decorrentes de medida provisória rejeitada.

Nas questões de 08 a 10, assinale a opção correta.

- 08- a) A ação de ressarcimento ao erário por prejuízos causados, culposamente, por servidor público, é imprescritível.
  - b) Não pode haver emenda parlamentar a projeto de lei da iniciativa privativa do Chefe do Executivo.
  - c) A Comissão Parlamentar de Inquérito pode determinar a quebra do sigilo de comunicações telefônicas de alguém que esteja sob a sua investigação.
  - d) O preenchimento de todo e qualquer cargo de provimento vitalício está sujeito à exigência do concurso público.
  - e) Pessoas jurídicas não podem titularizar direitos fundamentais.
- 09- a) O Tribunal de Justiça é competente para efetuar o controle abstrato de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal.
  - b) Mesmo já tendo transitado em julgado a decisão do Tribunal de Justiça que, em controle abstrato, declarou constitucional certa lei estadual, a mesma lei pode, mais tarde, vir a ser declarada inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade.
  - c) Órgãos jurisdicionais de primeiro grau não têm legitimidade para exercer o controle incidental de constitucionalidade de leis e atos normativos.
  - d) No controle incidental, a declaração de inconstitucionalidade pelo órgão jurisdicional competente depende necessariamente de provocação específica de qualquer das partes ou do Ministério Público.
  - e) A declaração, pelo Tribunal de Justiça, no exercício do controle incidental, da inconstitucionalidade de uma lei municipal em face da Constituição Estadual, produz eficácia contra todos e efeitos vinculantes para os demais órgãos do Judiciário Estadual.

- 10- a) Não é possível a declaração de inconstitucionalidade de lei em sede de ação civil pública.
- b) Uma emenda à Constituição Federal não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) Qualquer lei federal pode ser argüida de inconstitucional em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- d) O julgamento de mérito dando pela improcedência da ação direta de inconstitucionalidade equivale a uma declaração de constitucionalidade da lei, objeto da ação.
- e) Uma súmula de jurisprudência de tribunal superior pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no STF.

11- Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado, no mérito, procedente uma ação declaratória de constitucionalidade, que tinha por objeto uma certa lei. A partir desses dados, assinale a opção em que se formula afirmação incorreta.

- a) A lei, objeto da ação, não era municipal.
- b) A ação não foi proposta por governador do Estado.
- c) Nenhum outro tribunal no país poderá declarar a inconstitucionalidade da mesma lei.
- d) Não será possível a propositura de ação rescisória contra tal julgado.
- e) Essa lei não poderá ser revogada por lei posterior de mesma hierarquia.

Nas questões 12 e 13, assinale a opção correta.

- 12- a) O exercício regular do direito de reunião pacífica em lugar aberto ao público exige prévia comunicação do evento à autoridade competente.
- b) A ação popular é instrumento de controle da regularidade da Administração Pública, podendo, nos termos da Constituição, ser intentada por todo brasileiro.
- c) A proibição constitucional de uso de prova ilícita não incide no âmbito do processo administrativo, em que prevalece a busca da verdade real.
- d) É inconstitucional toda norma que regula relações entre a Administração Pública e particulares com efeitos retroativos.
- e) Nenhum brasileiro pode ser extraditado.

- 13- a) É inconstitucional toda norma que reduz salário do trabalhador.
- b) A garantia do direito adquirido impede a alteração do regime jurídico dos servidores públicos por meio de lei.
- c) A dor moral, por não ser quantificável pecuniariamente, não é tida como indenizável nos casos de violação da intimidade e da vida privada.
- d) Estende-se ao escritório profissional do indivíduo a garantia constitucional da inviolabilidade da sua casa.
- e) Uma vez criada, uma associação somente poderá ser dissolvida por ato de vontade dos seus integrantes nesse sentido.

14- Suponha que um cidadão tenha adquirido um terreno, no perímetro urbano de certo município, pensando em ali construir um posto de gasolina. Formulou, então, pedido de licença de construção. No curso do procedimento, porém, foi editada uma nova lei municipal, proibindo o funcionamento de postos de gasolina a certa distância de escolas e locais de maior fluxo de pedestres. Como o terreno em que o posto seria instalado é contíguo a uma escola primária, a licença foi indeferida. À vista disso, assinale a opção correta.

- a) A licença não poderia ter sido indeferida, uma vez que a lei foi editada depois de formulado o pedido de licença de construção e a lei não pode retroagir para prejudicar direitos adquiridos.
- b) A licença não poderia ter sido indeferida, uma vez que afeta o direito de propriedade.
- c) A licença não poderia ter sido indeferida, uma vez que o Município não tem competência para legislar sobre funcionamento de atividades de risco.
- d) A licença poderia ter sido indeferida, mas o proprietário do terreno faz jus a indenização a título de desapropriação indireta.
- e) A licença poderia ter sido indeferida não havendo, no caso, ofensa ao direito de propriedade, nem a direito adquirido e nem se configura hipótese de desapropriação indireta.

15- Assinale a opção correta a respeito de um Município situado em Estado-membro da Federação brasileira.

- a) O descumprimento de decisão da Justiça do Trabalho dá ensejo a que o Supremo Tribunal Federal requirite e a União realize intervenção federal em tal Município.
- b) O descumprimento de decisão da Justiça do Trabalho dá ensejo a que o Tribunal Superior do Trabalho requirite e a União realize intervenção federal em tal Município.
- c) A intervenção estadual no Município implica necessariamente o afastamento do Prefeito do seu cargo, pelo restante do mandato.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça na representação para viabilizar a intervenção estadual no Município reveste-se de caráter político-administrativo. Dessa decisão não cabe recurso para o Supremo Tribunal Federal.
- e) Somente a Assembléia Legislativa do Estado pode decretar a intervenção estadual no Município.

---

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

16- O princípio constitucional da eficiência vincula-se à noção de administração:

- a) patrimonialista
- b) descentralizada
- c) gerencial
- d) burocrática
- e) informatizada

17- Em relação à organização administrativa da União Federal, assinale a opção verdadeira.

- a) O contrato de gestão só pode ser celebrado entre a União Federal e as suas empresas estatais.
- b) É possível, na esfera federal, uma empresa pública ser organizada sob a forma de sociedade anônima, sendo a União Federal a sua única proprietária.
- c) As fundações públicas de direito público não podem exercer poder de polícia administrativa.
- d) As agências reguladoras representam uma nova categoria jurídica no âmbito da Administração Indireta, distintas de autarquias e fundações.
- e) As entidades do denominado Sistema S, inclusive o Sebrae, integram o rol da Administração Pública Indireta.

18- Entre os atos administrativos abaixo, aquele que se caracteriza como ato enunciativo é o(a):

- a) visto
- b) homologação
- c) licença
- d) aprovação
- e) permissão

19- Tratando-se de licitação, assinale a afirmativa falsa.

- a) A exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, caso prevista no edital, não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado de contratação.
- b) Configura-se como hipótese de dispensa de licitação a contratação realizada por empresa pública com sua subsidiária, desde que o preço contratado seja compatível com aquele praticado no mercado.
- c) As agências reguladoras estão autorizadas a proceder à licitação por meio da modalidade de consulta, para aquisição de bens e a contratação de serviços.
- d) O valor da garantia da proposta, caso prevista, na fase de habilitação, não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.
- e) A recente modalidade do pregão inova ao inverter, cronologicamente, as fases de habilitação e de julgamento, em relação às modalidades de concorrência e tomada de preços.

20- No âmbito da execução do contrato administrativo, a Administração Pública somente responde, solidariamente, pela inadimplência do contratado, quanto a débitos de natureza:

- a) fiscal
- b) previdenciária
- c) trabalhista
- d) comercial
- e) civil

- 21- No âmbito do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, não é considerado como de efetivo exercício o afastamento decorrente de licença:
- à adotante
  - prêmio
  - por motivo de doença em pessoa da família
  - para acompanhar cônjuge ou companheiro
  - para o desempenho de mandato eletivo
- 22- A figura do subsídio, como forma de remuneração dos agentes políticos, não veda o pagamento da seguinte vantagem:
- gratificação de desempenho
  - adicional por tempo de serviço
  - abono pecuniário
  - verba de representação
  - ajuda de custo
- 23- Tratando-se de serviço público, não se inclui entre os encargos do concessionário:
- prestar serviço adequado.
  - captar, aplicar e gerir os recursos necessários à prestação do serviço.
  - fixar as tarifas de remuneração do serviço, nos limites contratuais.
  - prestar contas da gestão do serviço aos usuários, nos termos do contrato.
  - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, segundo previsão do edital e contrato.
- 24- Assinale a afirmativa falsa, tratando-se do tombamento de bem a favor do patrimônio histórico ou artístico.
- O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural pode-se dar de modo voluntário.
  - O tombamento de bem público municipal pode-se dar de ofício, por ato da autoridade superior do órgão de patrimônio histórico e artístico nacional.
  - O direito de preferência a favor do Poder Público não inibe o proprietário de gravar a coisa tombada de penhora ou hipoteca.
  - O tombamento pode-se dar em virtude de excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico da coisa.
  - As obras de origem estrangeira não se incluem no patrimônio histórico e artístico nacional.
- 25- A responsabilidade objetiva do Estado, conforme a jurisprudência dominante, não abrange o ato praticado:
- por autarquia, incumbida de poder de polícia.
  - por empresa privada, concessionária de serviço público.
  - por empresa pública, prestadora de serviço público.
  - pelo Poder Legislativo, no exercício de função administrativa.
  - pelo Poder Judiciário, no exercício de função jurisdicional.
- 26- Entre as situações fáticas seguintes, assinale aquela em que é cabível o controle jurisdicional por meio de mandado de segurança.
- Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa.
  - Contra ato de que caiba recurso administrativo, com efeito suspensivo, independente de caução, tendo sido apresentado o recurso, ainda pendente de decisão.
  - Contra ato disciplinar, salvo quando praticado com vício de competência ou de formalidade essencial.
  - Para assegurar a liberdade de locomoção.
  - Contra lei de efeito concreto ou de natureza auto-executória.
- 27- Em relação ao processo administrativo-disciplinar, no âmbito do serviço público municipal de Fortaleza, assinale a afirmativa falsa.
- O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.
  - Havendo mais de um indiciado, o prazo de defesa será comum, de vinte dias.
  - Não é lícito à testemunha fazer o seu depoimento por escrito.
  - No caso de penalidade de demissão, o julgamento compete ao Prefeito Municipal, tratando-se de servidor da Administração Direta do Poder Executivo.
  - A eventual revisão do processo administrativo não poderá resultar em agravamento da penalidade.

28- No âmbito do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, é correto afirmar:

- a) é facultado ao Poder Público municipal, independente de medidas prévias, impor alíquotas progressivas de IPTU, no tempo, a imóvel que não cumpra a sua finalidade social.
- b) o tamanho máximo da área para fins de uso-capião especial de imóvel urbano é de duzentos metros quadrados.
- c) extinto o direito de superfície, o proprietário recuperará o pleno domínio do terreno, acrescido das benfeitorias introduzidas no imóvel, independente de indenizações, salvo estipulação em contrário no respectivo contrato.
- d) o direito de preempção será exercido no prazo máximo de cinco anos, sem direito a renovação.
- e) a transferência do direito de construir somente beneficia imóveis pertencentes a particulares.

29- Assinale, entre os seguintes atos, aquele que não se insere no rol dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92:

- a) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- b) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- c) frustrar a licitude de concurso público.
- d) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- e) negar publicidade aos atos oficiais.

30- A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, dispõe sobre as condições de realização de operação de crédito por antecipação de receita.

Assinale a afirmativa falsa quanto a esta operação.

- a) Realizar-se-á somente a partir do décimo-quinto dia do início do exercício.
- b) Estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza, não integralmente resgatada.
- c) Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.

- d) Estará vedada no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.
- e) Deve observar os limites e condições fixados pelo Senado Federal.

---

## DIREITO TRIBUTÁRIO

31- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta:

- I. Para conhecimento da natureza específica das diversas espécies tributárias previstas no Sistema Tributário Nacional, é essencial o exame do fato gerador da respectiva obrigação, tendo em vista que, à luz do Código Tributário Nacional, a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- II. São espécies tributárias previstas na Constituição Federal: imposto, taxa, empréstimo compulsório, contribuição de melhoria, contribuição social, contribuição de intervenção no domínio econômico, contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas e compensação financeira aos Estados pela exploração de petróleo por empresas privadas.
- III. Segundo o Código Tributário Nacional, os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observados pela legislação que lhes sobrevenha. Assim, é correto afirmar que no sistema jurídico brasileiro, os tratados e as convenções internacionais não estão hierarquicamente subordinados à Constituição Federal. Em consequência, revestidos de valor jurídico são os tratados e as convenções internacionais, que, incorporados ao sistema de direito positivo interno, apresentem incompatibilidade com o texto da Carta Política, devendo esses atos de direito internacional público prevalecerem sobre a normatividade constitucional.

- a) somente a I é verdadeira.
- b) I e II são verdadeiras.
- c) I e III são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) todas são verdadeiras.

32- Em capítulo dedicado à interpretação e integração da legislação tributária, o Código Tributário Nacional preceitua que, na ausência de disposição normativa expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na rigorosa ordem a seguir indicada:

- a) os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, a analogia e a equidade.
- b) a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- c) a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
- d) os princípios gerais de direito tributário, a analogia, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- e) a analogia, a equidade, os princípios gerais de direito tributário e os princípios gerais de direito público.

33- O Código Tributário Nacional prevê casos em que o intérprete fica com sua função delimitada pela letra da lei, sem poder ampliar ou restringir a norma jurídica, além de sua exata significação. Nesse contexto, deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- a) suspensão, exclusão ou extinção de crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- b) lançamento, suspensão, exclusão ou remissão de crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- c) lançamento, suspensão, exclusão ou compensação de crédito tributário, dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias e outorga de isenção.
- d) suspensão ou exclusão de crédito tributário, dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias e lançamento de crédito tributário por homologação.
- e) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, suspensão ou exclusão de crédito tributário e outorga de isenção.

34- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta:

I. O Código Tributário Nacional, não acolhendo a doutrina da consistência econômica do fato gerador da obrigação tributária, impede sejam tributadas atividades exercidas ilicitamente, ao consignar que a definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros.

II. A capacidade jurídica tributária passiva permite que determinadas pessoas se apresentem como sujeito passivo da obrigação tributária. Toda pessoa, física ou jurídica, de direito público ou de direito privado, investida por força de lei na obrigação de satisfazer uma exigência fiscal, adquire, automaticamente, o *status* de sujeito passivo tributário. Em relação ao exposto, o Código Tributário Nacional estabelece que a capacidade tributária passiva independe:

- A. de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
- B. de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;
- C. da capacidade civil das pessoas naturais.

III. A pessoa jurídica de direito público que se encontre na condição de contribuinte ou responsável pode eleger seu domicílio tributário, na forma da legislação aplicável. Mas se não o fizer, considera-se como seu domicílio tributário, por força do Código Tributário Nacional, qualquer de suas repartições situadas no território da entidade tributante.

- a) somente a I é falsa.
- b) somente a II é falsa.
- c) II e III são falsas.
- d) I e III são falsas.
- e) todas são falsas.



35- Em relação ao fato gerador de obrigações tributárias, principal e acessória, é incorreto afirmar que:

- a) constitui fato gerador da obrigação acessória qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- b) salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- c) salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que se produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- d) na interpretação da definição legal do fato gerador, devem ser considerados os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- e) fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

36- Com referência ao tema crédito tributário, é correto afirmar que:

- a) isenção, anistia e remissão são modalidades de exclusão do crédito tributário.
- b) os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, e o parcelamento suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- c) a ocorrência de incêndio não criminoso, que provoca destruição total do único estabelecimento industrial de contribuinte devedor do imposto sobre produtos industrializados, acarreta a extinção do respectivo crédito tributário da Fazenda Pública.
- d) extingue o crédito tributário o depósito de seu montante integral, quando efetivado por força de autorização judicial em mandado de segurança requerido pelo contribuinte.
- e) a suspensão da exigibilidade do crédito tributário produz a suspensão do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüentes.

37- Com referência ao instituto da prescrição aplicável em matéria tributária, é correto afirmar que:

- a) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor, interrompe a prescrição.
- b) se a Fazenda Pública não constituir o crédito tributário, no prazo de cinco anos, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou contado da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado, não mais poderá proceder ao lançamento, pois seu direito estará extinto pela prescrição.
- c) ato administrativo, editado por autoridade administrativa competente, que constitua em mora o devedor, interrompe a prescrição.
- d) a ação para a cobrança de crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data do respectivo lançamento que houver sido impugnado pelo contribuinte.
- e) prescreve em cinco anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegue restituição de tributos recolhidos indevidamente aos cofres públicos.

38- É incorreto afirmar que o lançamento de crédito tributário:

- a) reporta-se à data de ocorrência do fato gerador da obrigação tributária e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, exceto em relação aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que, nesse caso, a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.
- b) tem natureza jurídica declaratória da obrigação tributária preexistente.
- c) pode ser entendido como o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- d) regularmente notificado ao sujeito passivo, não pode ser alterado por iniciativa de ofício de autoridade administrativa, exceto na hipótese de prévia instauração da fase litigiosa do processo administrativo-tributário.
- e) constitui atividade administrativa vinculada e obrigatória.

39- Relativamente ao tema responsabilidade tributária, é correto afirmar que, nos termos do Código Tributário Nacional:

- a) os pais respondem solidariamente pelos tributos devidos por seus filhos menores, inclusive no caso de ser possível à Fazenda Pública exigir diretamente dos filhos menores, estes na condição de contribuintes de direito, o cumprimento da obrigação tributária.
- b) o espólio é responsável pelos tributos devidos pelo *de cujus* até o dia imediatamente anterior ao falecimento.
- c) o remitente responde pessoalmente pelos tributos relativos aos bens remidos.
- d) o sucessor a qualquer título, o cônjuge meeiro e os serventuários da Justiça, nos atos em que intervierem, são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- e) os empregados que agirem com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos não são pessoalmente responsáveis pelos créditos tributários correspondentes a obrigações tributárias de seus empregadores, que resultem de tais condutas.

40- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta:

- I. Sem prejuízo da responsabilidade tributária atribuída diretamente pelo Código Tributário Nacional, lei ordinária pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa sem vínculo com o fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
  - II. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde integralmente pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
  - III. Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado e os administradores de bens de terceiros são pessoalmente responsáveis pelos créditos da Fazenda Pública correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- a) somente a I é verdadeira.
  - b) I e II são verdadeiras.
  - c) II e III são verdadeiras.
  - d) I e III são verdadeiras.
  - e) todas são verdadeiras.

41- O crédito tributário tem garantias e privilégios não encontrados no crédito comum, justificáveis em virtude de sua natureza e de sua importância na atividade do Estado, com vistas a assegurar o correto e adequado adimplemento da obrigação tributária. Isto posto, é correto afirmar que, conforme previsto no Código Tributário Nacional:

- a) presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução, exceto na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao pagamento de noventa por cento da dívida em fase de execução.
- b) a natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário pode alterar a natureza deste e a da obrigação tributária a que corresponda.
- c) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste.
- d) nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.
- e) não há concurso de preferência entre Estados e Municípios, na cobrança judicial de seus créditos tributários.

42- Os Municípios contam com receitas tributárias provenientes dos tributos que instituem, bem assim com aquelas decorrentes de sua participação na arrecadação tributária estadual e federal. No tocante à participação dos Municípios na arrecadação tributária de outros entes da Federação, é correto afirmar que:

- a) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores será entregue pelo Estado ao Fundo de Participação dos Municípios.
- b) pertence aos Municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência residual atribuída pelo art. 154, I, da Constituição Federal.
- c) pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

- d) pertence aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Estado.
- e) a União entregará ao Fundo de Participação dos Municípios vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, sobre produtos industrializados e sobre propriedade territorial rural.

43- Em consonância com os princípios gerais ditados pela Constituição Federal, referentes ao Sistema Tributário Nacional:

- a) as contribuições sociais e as taxas não poderão ter base de cálculo própria de imposto.
- b) sempre que possível, os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- c) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não poderão incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível.
- d) o empréstimo compulsório, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, poderá ser instituído mediante lei ordinária, mas sua cobrança só poderá ocorrer no exercício financeiro subsequente ao de publicação da lei que o instituir.
- e) cabe à lei complementar da União, além de outros temas que lhe são reservados, dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

44- Em relação aos tributos municipais e à competência para instituí-los, é correto afirmar que, nos termos da Constituição Federal:

- a) o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ter alíquotas diferentes em razão da localização e do uso do imóvel, vedada a progressividade em razão do valor do imóvel.
- b) cabe aos Municípios instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza, inclusive sobre serviços de transporte intermunicipal, desde que definidos em lei complementar.
- c) é vedado aos Municípios instituir taxas que recaiam sobre templos de qualquer culto.
- d) aos Municípios é conferida a competência para instituir imposto sobre imóveis urbanos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal, que se localizem em seus territórios.
- e) compete aos Municípios instituir imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

45- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta:

- I. Em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios, cabe à lei complementar fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior; e regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- II. Assegura a Constituição Federal que, à exceção do imposto sobre importação de produtos estrangeiros, do imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados e do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas à energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.
- III. Disposição constitucional determina que, enquanto lei complementar não disciplinar as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios, e não regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais referentes ao mencionado imposto serão concedidos e revogados: (a) a alíquota mínima será de dois por cento, incidente sobre os serviços que indica; (b) o referido imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima por ela estabelecida.

- a) I e II são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) II e III são verdadeiras.
- d) somente a II é verdadeira.
- e) todas são verdadeiras.

## DIREITO CIVIL

46- Os metais preciosos de uma mina são:

- a) frutos pendentes
- b) acessões
- c) produtos
- d) pertenças
- e) frutos estantes

47- Interpelação é:

- a) ato pelo qual se participa a outrem que determinada ocorrência se verificou ou se verificará, em certo prazo.
- b) ato do credor em atenção ao devedor, para obter o pagamento, não constituindo-o em mora.
- c) ato pelo qual alguém cientifica outrem de fato que a este interessa conhecer.
- d) ato pelo qual alguém impugna a realização de ato futuro, ou nega anuência ao que a requer.
- e) ato pelo qual alguém participa a outrem a intenção de exigir-lhe certo comportamento.

48- O prazo para o advogado mover ação para receber pagamento de honorários, contado do vencimento do contrato, da decisão final do processo ou da revogação do mandato, é de:

- a) 2 anos
- b) 4 anos
- c) 1 ano
- d) 5 anos
- e) 6 meses

49- O usufrutuário tem:

- a) posse injusta
- b) posse violenta
- c) posse clandestina
- d) posse direta
- e) posse *ad usucapionem*

50- Assinale a opção falsa.

- a) Não se pode alegar usucapião pendendo condição suspensiva.
- b) A posse *ad usucapionem* deverá ser exercida com *animus domini*, mansa e continuamente, durante o prazo exigido por lei.
- c) A posse do credor pignoratício não afasta a possibilidade de usucapião.
- d) O usucapião tem por fundamento a consolidação da propriedade, dando juridicidade a uma situação fática: a posse unida ao tempo.
- e) O usucapião é um modo de aquisição da propriedade e de outros direitos reais (usufruto, uso, habitação, enfiteuse e servidão predial) pela posse prolongada da coisa com a observância dos requisitos legais.

51- A servidão de energia elétrica, quanto ao modo de exercício, classifica-se como:

- a) servidão contínua
- b) servidão legal
- c) servidão negativa
- d) servidão natural
- e) servidão descontínua

52- Assinale a opção correta.

- a) O direito de prelação que resulta da natureza do direito real de garantia não sofre qualquer exceção.
- b) A adjudicação judicial e a remição envolvem a excussão pignoratícia.
- c) O direito real de garantia é divisível, pois o pagamento de parte do débito importará exoneração correspondente da garantia, se esta compreender vários bens.
- d) O credor pignoratício, por investir-se na posse da coisa empenhada, está autorizado a usá-la.
- e) O adquirente do imóvel hipotecado não tem o direito de resgate.

53- Assinale a opção falsa.

- a) A solidariedade não se presume.
- b) A obrigação, que tem por objeto uma prestação de dinheiro, é pecuniária, constituindo-se em modalidade de obrigação de dar, que se caracteriza pelo valor da quantia devida.
- c) Os ônus reais são obrigações que limitam a fruição e a disposição da propriedade.
- d) A obrigação *propter rem* é uma obrigação acessória mista por vincular-se a direito real, objetivando uma prestação devida ao seu titular.
- e) A obrigação de restituir geralmente é divisível.

54- A disposição contratual estipulada para garantir a execução de alguma cláusula especial do título obrigacional, possibilitando ao credor o direito de exigir a satisfação da pena cominada juntamente com o desempenho da obrigação principal, é:

- a) cláusula penal compensatória.
- b) cláusula penal moratória.
- c) multa penitencial.
- d) modalidade especial de arras.
- e) obrigação facultativa.

55- Se com a doação o doador ficar insolvente, os credores prejudicados poderão anulá-la, a não ser que o donatário, com o consenso daqueles credores, assumo o passivo do doador, dando-se, então, uma:

- a) novação subjetiva ativa.
- b) novação objetiva.
- c) novação subjetiva passiva por delegação.
- d) novação real.
- e) novação subjetiva passiva por expromissão.

56- Assinale a opção correta.

- a) O direito de rescisão unilateral é transmissível *causa mortis* aos herdeiros do dono da obra, mas não se estende aos credores.
- b) A falência do empreiteiro não provocará a cessação do contrato de empreitada.
- c) A empreitada por preço máximo opera-se quando o empreiteiro se obriga a realizar o trabalho, ficando sob sua responsabilidade o fornecimento dos materiais e o pagamento da mão-de-obra, mediante o reembolso do dispendido, acrescido do lucro assegurado.
- d) A empreitada por preço de custo não é compatível com a empreitada por medida.
- e) A gratuidade da prestação de serviço pode ser presumida, se o contrato for omissivo quanto à remuneração.

57- A apólice onde estiver prevista a substituição da coisa segurada, fazendo-se o seguro por uma soma global, como se verifica em relação a mercadorias armazenadas, é a:

- a) simples
- b) plúrima
- c) específica
- d) flutuante
- e) aberta

58- O depósito de mercadorias nos armazéns gerais é o:

- a) judicial
- b) ordinário
- c) irregular
- d) regular
- e) legal

59- Não se pode efetuar por meio de mandato:

- a) o ato de onerar imóvel com hipoteca.
- b) a emissão de nota promissória.
- c) o exercício do pátrio poder.
- d) a transmissão de dívidas.
- e) a doação.

60- São atos não registráveis em circunscrição imobiliária:

- a) os que constituem bem de família.
- b) penhora, arresto e seqüestro de imóvel.
- c) termos de responsabilidade pela preservação de floresta.
- d) sentenças que adjudicarem bens de raiz em pagamento de débitos da herança.
- e) opção de compra de imóvel e locação de serviço em imóvel.

---

## DIREITO DO TRABALHO

61- São fontes materiais do direito do trabalho:

- a) as sentenças normativas proferidas pelos tribunais do trabalho, após o insucesso das negociações coletivas.
- b) os acordos e convenções coletivas de trabalho.
- c) as greves e pressões sociais realizadas pelos trabalhadores, com vistas à melhoria de sua condição social.
- d) as leis formuladas pelo Congresso Nacional e as medidas provisórias em matéria trabalhista editadas pelo Presidente da República.
- e) as convenções internacionais do trabalho negociadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando ratificadas pelo Brasil.

62- Acerca do contrato de trabalho por prazo determinado, assinale a opção incorreta.

- a) Quando celebrado para a execução de serviços certos e especificados, o contrato a prazo não poderá ter duração superior a dois anos, salvo configurado motivo de força maior, devidamente reconhecido pelos órgãos do Ministério do Trabalho.
- b) Será válido o contrato por prazo determinado quando as atividades empresariais desenvolvidas forem de caráter transitório ou quando envolver a execução de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a limitação do prazo.
- c) Quando celebrado o contrato a título de experiência, sem cláusula que assegure o direito recíproco de rescisão antecipada, a indenização cabível, em caso de rescisão pelo empregador, corresponderá à metade dos salários devidos até o término do termo inicialmente ajustado.

- d) Como condição especial, a predeterminação do prazo de vigência do contrato deve ser assinada na CTPS do empregado.
- e) O contrato de experiência não pode ser celebrado com duração superior a noventa dias, admitida dentro desse período uma única prorrogação.

63- O contrato individual de trabalho:

- a) não produz efeitos jurídicos válidos quando celebrado com preterição da forma prescrita na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pouco importando a boa-fé dos contratantes.
- b) correspondendo à relação jurídica de emprego, apenas se caracteriza quando celebrado de modo expresso, com os registros na Carteira de Trabalho do operário.
- c) quando envolver trabalhador com idade inferior a dezesseis anos, apenas será válido se firmado com a assistência de seus representantes legais ou do Ministério Público do Trabalho.
- d) deve ser submetido à aprovação prévia dos órgãos do Ministério do Trabalho, quando envolver a execução de serviços insalubres, penosos ou perigosos.
- e) não disciplina o vínculo jurídico entre os trabalhadores e as cooperativas às quais associados, salvo quando presentes a pessoalidade, a subordinação jurídica, a onerosidade e a habitualidade na prestação de serviços.

64- Sobre os sujeitos da relação de emprego, aponte a opção incorreta.

- a) Embora submetido à jurisdição trabalhista, os pequenos empreiteiros não se beneficiam dos mesmos direitos assegurados aos trabalhadores com vínculo de emprego.
- b) O trabalhador vinculado a empresa de prestação de serviços terceirizados, vinculado a regime jurídico especial, não se submete à disciplina da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- c) Diz-se empregado a pessoa física que presta serviços pessoais, onerosos, subordinados e não-eventuais a pessoa física ou jurídica contratante.
- d) Empregador é a pessoa física ou jurídica que admite, dirige e assalaria a prestação pessoal de serviços, assumindo os riscos da atividade econômica.
- e) São equiparados a empregador, para efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência a outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores subordinados.

65- Acerca da responsabilidade solidária e subsidiária das empresas, aponte a opção correta.

- a) Apenas quando vinculadas ao mesmo segmento empresarial, as empresas que formam grupo econômico são solidariamente responsáveis por eventuais débitos trabalhistas.
- b) A solidariedade entre empresas integrantes de grupo econômico pode ser declarada em sede de execução de sentença, quando comprovada a incapacidade patrimonial da devedora principal.
- c) Nos contratos de subempreitada, o empreiteiro principal é considerado responsável subsidiário pelas obrigações trabalhistas assumidas pelo subempreiteiro.
- d) Nas relações de terceirização que envolvem atividades-meio, as empresas tomadoras são responsáveis subsidiárias por eventuais débitos trabalhistas das empresas prestadoras, desde que tenham participado da relação processual e constem do título executivo judicial.
- e) Os empregadores que contratam empresas de trabalho temporário, regidas por estatuto especial, não estão sujeitos a nenhum tipo de responsabilidade concorrente ou subsidiária por eventuais débitos trabalhistas dessas empresas.

66- Os salários

- a) são compostos pelas parcelas concedidas ao empregado para custeio das despesas com transporte para o trabalho e retorno à sua residência, pouco importando se o percurso é servido ou não por transporte público regular.
- b) são compostos pelos valores equivalentes à assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente pelo empregador ou mediante seguro-saúde.
- c) não são compostos por gorjetas, gratificações e comissões pactuadas.
- d) são compostos pelas ajudas de custo e diárias para viagem cujos valores não excedam a sessenta por cento do salário percebido pelo empregado.
- e) são compostos pelas vantagens *in natura* concedidas ao trabalhador, em razão do contrato ou do costume, sendo vedado, em qualquer circunstância, o pagamento com bebidas alcoólicas e drogas nocivas.

67- A equiparação salarial deve ser deferida quando, atendidos os demais requisitos legais,

- a) a diferença de produtividade entre os trabalhadores restar plenamente justificada por motivos de sexo e/ou idade.
- b) for constatado o trabalho de igual valor entre os trabalhadores analisados, que deve ser aferido pelo critério único da perfeição técnica das obras produzidas.
- c) não houver entre os trabalhadores confrontados diferença no tempo de serviço na função superior a dois anos.
- d) ficar evidenciada a identidade de funções entre trabalhadores que não as tenham exercido de forma contemporânea ou concomitante.
- e) os trabalhadores confrontados estejam lotados em distintas filiais da empresa, sediadas em diferentes municípios.



68- Considera-se suspenso o contrato de trabalho

- a) durante o período de afastamento por motivo de doença, devidamente justificado mediante atestado médico.
- b) durante o período necessário à efetivação do benefício previdenciário, quando aposentado por invalidez o trabalhador.
- c) durante os finais de semana em que não haja prestação de serviços.
- d) no período de três dias consecutivos em razão da contração de núpcias pelo trabalhador.
- e) por até dois dias, em caso de doação voluntária de sangue.

69- São lícitas as alterações contratuais

- a) que envolvam a reversão do empregado ao cargo efetivo, com a supressão da gratificação correspondente, após o exercício da função de confiança por cinco anos.
- b) solicitadas de forma livre e consciente pelo trabalhador, ainda quando lhe acarretem prejuízos salariais diretos ou indiretos.
- c) resultantes de acordos e convenções coletivas de trabalho, salvo quando envolverem a redução de salários.
- d) que conduzam à transferência do local de trabalho, com a alteração do domicílio do empregado, deliberadas com base em critérios discricionários do empregador.
- e) determinadas unilateralmente pelo empregador, titular do poder de direção dos trabalhos e de organização do empreendimento.

70- Acerca das hipóteses que tipificam a justa causa para a dissolução do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- a) O ato de improbidade ocorre quando o empregado executa de modo imperfeito as suas obrigações, revelando desleixo, descaso ou negligência.
- b) O ato de indisciplina ocorre quando o empregado, de forma deliberada e consciente, descumpra as ordens diretas e específicas repassadas pelo empregador.
- c) O abandono de emprego ocorre quando o trabalhador falta ao trabalho sem qualquer justificativa por, no mínimo, trinta dias ininterruptos.
- d) Quando submetido a perigo manifesto de mal considerável, em razão da atividade exercida, pode o empregado considerar rescindido o contrato por justa causa do empregador.
- e) A desídia caracteriza-se quando o trabalhador promove negociação habitual, por conta própria e sem o conhecimento do empregador, com prejuízos para a execução normal do contrato.

71- O trabalhador cujo contrato for rescindido depois de doze meses de vigência

- a) tem direito à percepção de férias vencidas até então não gozadas, salvo se as houver transacionado anteriormente com o empregador.
- b) deve receber o salário trezeno fracionado na mesma proporção das férias proporcionais, quando não justificada a rescisão promovida pelo empregador.
- c) tem direito ao recebimento em dobro das verbas rescisórias incontroversas, quando não quitadas pelo ex-empregador por ocasião do primeiro comparecimento à Justiça do Trabalho.
- d) deve receber indenização de quarenta por cento calculada sobre o montante dos depósitos do FGTS devidos ou realizados ao longo do contrato, na hipótese de culpa recíproca para a dissolução do pacto.
- e) deve receber seus créditos rescisórios no prazo de dez dias contados da data da dispensa, quando da ausência de aviso prévio, com a assistência obrigatória do sindicato profissional ou da autoridade do Ministério do Trabalho.

72- O aviso prévio

- a) é devido na rescisão indireta do contrato, resultante da prática pelo empregador de ato lesivo da honra e boa fama do empregado.
- b) é devido ao trabalhador que se demite e se desliga instantaneamente do emprego, por obter melhor colocação no mercado de trabalho.
- c) deve ser indenizado quando o empregado consegue admissão imediata em novo emprego, durante o seu cumprimento.
- d) corresponde a cinquenta por cento do salário auferido quando o contrato é rescindido por acordo entre empregado e empregador.
- e) pode ser objeto de reconsideração pelo empregado, em caráter receptício, desde que manifestada ao empregador até cinco dias antes do término do contrato.

73- Acerca das regras de garantia e estabilidade no emprego, assinale a opção incorreta.

- a) Ao empregado sindicalizado assegura-se a estabilidade no emprego desde o registro de sua candidatura a cargo de direção sindical até um ano após o final do mandato, quando eleito, salvo se cometer falta grave devidamente apurada em inquérito judicial.
- b) O trabalhador eleito representante dos empregados em comissão interna de prevenção de acidentes apenas pode ser dispensado por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro, assegurando-se-lhe, fora dessas situações, o direito à reintegração no emprego.
- c) A demissão do empregado estável apenas será válida quando feita com a assistência exclusiva do respectivo sindicato, sob pena de nulidade com a conseqüente reintegração no emprego.
- d) Ao empregado vítima de acidente de trabalho, é garantido o emprego pelo período de doze meses após a cessação do auxílio-doença acidentário.
- e) A trabalhadora gestante não pode ser dispensada no período compreendido entre o instante da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

74- Sobre o direito de greve e as condições para seu exercício, assinale a opção incorreta.

- a) A greve apenas pode ser deflagrada depois de frustradas todas as tentativas de negociação e verificada a impossibilidade de recurso à via arbitral.
- b) O exercício do direito de greve reclama a presença obrigatória do sindicato profissional, único representante dos interesses dos trabalhadores nas negociações coletivas ou na Justiça do Trabalho.
- c) Os contratos de trabalho durante o movimento paralisista são considerados suspensos, ficando submetidas as relações obrigacionais no período à disciplina em sentença normativa, acordo ou convenção coletivos ou laudo arbitral.
- d) A adesão pacífica de trabalhadores ao movimento grevista não autoriza a rescisão dos respectivos contratos de trabalho.
- e) Nos serviços essenciais, entre os quais se inserem aqueles ligados à compensação bancária e aos serviços funerários, o exercício do direito de greve supõe a manutenção da prestação de serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

75- Sobre as regras e princípios que informam a organização sindical brasileira, aponte a opção incorreta.

- a) Com exceção do registro no órgão competente, a lei não pode exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- b) Aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas.
- c) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas é obrigatória, salvo quando não organizada a categoria em sindicato, caso em que a representação respectiva caberá à federação ou confederação.
- d) Ao Poder Público é vedada a interferência e a intervenção nas organizações sindicais, ressalvada a fiscalização contábil pelos órgãos do Ministério do Trabalho, em face da natureza tributária da contribuição sindical compulsória, arrecadada independentemente da filiação ao sindicato de todos os integrantes da categoria.
- e) É vedada a criação de mais de uma entidade sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que deve ser definida pelos interessados e que não pode ser inferior à área de um município.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

76- Em se tratando das condições da ação:

- a) o juiz só verificará a possibilidade jurídica do pedido por ocasião do julgamento de mérito.
- b) só é parte legítima aquele que é titular do direito controvertido.
- c) a inexistência de apenas uma delas não obsta o julgamento de mérito.
- d) verificando o juiz a inexistência de uma das condições da ação proferirá sentença de extinção do processo que, transitada em julgado, obsta a que o autor intente de novo a ação.
- e) o juiz só poderá julgar o mérito se autor e réu forem partes legítimas.

77- Oferecida oposição:

- a) o prazo para resposta dos opostos será sucessivo, de quinze dias, a contar da citação do último oposto.
- b) se um dos opostos reconhece a procedência do pedido, o juiz dará pela procedência da oposição.
- c) a citação dos opostos será pessoal, nos termos do artigo 215 do Código de Processo Civil.
- d) a citação dos opostos será levada a cabo na pessoa dos respectivos advogados.
- e) correndo o processo principal a revelia do réu não há necessidade de citá-lo para responder aos termos da oposição.

78- Havendo desistência da ação:

- a) a reiteração do ajuizamento do mesmo pedido implica distribuição por dependência do novo feito ajuizado.
- b) é vedado ao autor intentar a mesma ação.
- c) fica o autor desvinculado do juízo perante o qual postulava seu pedido anterior, se a repropositura for em litisconsorte com outros autores.
- d) o processo será extinto com julgamento de mérito.
- e) é irrelevante tal acontecimento para a fixação da competência do juízo, se for reiterado o ajuizamento do mesmo pedido.

79- A extinção do processo:

- a) sem julgamento de mérito, admite que o autor intente de novo a ação.
- b) pelo reconhecimento da existência de litispendência impede a repropositura da ação, ainda que o processo que ensejou tal reconhecimento seja arquivado.
- c) pelo reconhecimento da perempção, não é obstáculo à repropositura da ação.
- d) por falta de capacidade postulatória do autor, independe da concessão de prazo para regularização da representação.
- e) pelo reconhecimento da existência de coisa julgada não implica julgamento de mérito.

80- O indeferimento da petição inicial:

- a) nunca implicará decisão de mérito.
- b) dá ensejo a agravo de instrumento.
- c) dá ensejo a apelação, podendo o juiz reformar sua própria decisão.
- d) enseja apelação que será julgada, necessariamente, pelo colegiado superior.
- e) manifestamente inepta, acarreta perempção.

81- No processo civil, a citação:

- a) far-se-á na pessoa do advogado constituído nos autos na liquidação por artigos e por arbitramento.
- b) com hora certa, é admitida no processo de execução.
- c) será feita por via postal, ainda que o autor a requeira por outra forma.
- d) será feita pessoalmente na liquidação por cálculo.
- e) só será feita por edital quando incerto e não sabido o paradeiro do réu.

82- Em consonância com a legislação vigente a revelia implica que:

- a) sempre que o réu seja revel presumem-se verdadeiros os fatos articulados pelo autor.
- b) o réu cujo advogado falece, embora já tenha contestado, se não nomear outro mandatário no prazo designado pelo juiz, será considerado revel.
- c) a verdade dos fatos afirmados pelo autor se presume ainda que outros réus, litisconsortes necessários e unitários tenham contestado.
- d) todos os seus efeitos são produzidos ainda que a ação tenha por objeto direitos indisponíveis.
- e) fica o autor autorizado a alterar o pedido independentemente de nova citação do réu.

83- Com relação à prova pericial,

- a) o assistente técnico está sujeito à arguição de suspeição ou impedimento.
- b) o assistente terá seus honorários pagos pela parte que o indicar, sem que esta, ainda que vencedora, tenha o direito ao reembolso da remuneração que tenha pago.
- c) os assistentes técnicos oferecerão seus laudos no prazo comum de dez dias, após intimados da apresentação do laudo.
- d) os honorários periciais serão pagos em consonância com o trabalho efetuado pelo perito, vedada a exigência de prévio depósito.
- e) a parte será cientificada da data e do local designado pelo juiz ou pelo perito para início da produção da prova.

84- O juiz poderá proferir sentença de mérito:

- a) só após a citação do réu.
- b) em hipótese prevista em lei, favorável ao réu ainda que não tenha ele sido citado.
- c) somente quando se convencer da procedência da pretensão do autor.
- d) favorável ao autor mesmo antes da citação do réu.
- e) só após a regular instrução do processo.

85- O duplo grau de jurisdição previsto para as sentenças proferidas contra a União, Estado, Distrito Federal, Município e respectivas autarquias, bem como fundações de direito Público:

- a) é exigível quando o valor da condenação for igual a 50 salários mínimos.
- b) quando não determinada pelo juízo de origem a remessa dos autos, é facultada ao Presidente do Tribunal avocá-las.
- c) é inaplicável quando o valor certo da condenação não exceder 60 salários mínimos.
- d) é exigido no caso de procedência dos embargos do devedor, opostos na execução da dívida ativa, qualquer que seja o valor do débito cobrado.
- e) é exigido ainda que a sentença esteja fundada em súmula do Supremo Tribunal Federal.

86- A apelação oposta contra sentença que ponha fim ao processo:

- a) por ausência de pressuposto processual, se provida, impõe a devolução dos autos ao juízo de primeiro grau.
- b) por ausência de condição da ação, se provida, determina a devolução dos autos ao juízo de primeiro grau, para que aprecie os demais aspectos da demanda.
- c) agasalhando a arguição de prescrição, se provida, impõe sempre a devolução dos autos ao juízo de primeiro grau.
- d) sem julgamento de mérito, faculta ao tribunal o julgamento da lide, se a discussão for estritamente de direito e houver condição para imediato julgamento.
- e) sem julgamento de mérito, impõe ao tribunal, desde logo, o julgamento da lide.

87- A apelação:

- a) preparada de forma insuficiente não enseja intimação para complementação do valor, resultando em deserção.
- b) terá efeito suspensivo quando a sentença confirmar a antecipação dos efeitos da tutela concedida.
- c) não tem efeito suspensivo.
- d) não admite que o tribunal, havendo mais de um fundamento do pedido e acolhendo o juiz apenas um deles, tome conhecimento dos demais.
- e) nunca admite o juízo de retratação.

88- Proferido julgamento de recurso de apelação se o acórdão contiver julgamento por maioria de votos quanto a algumas matérias e unanimidade quanto a outras:

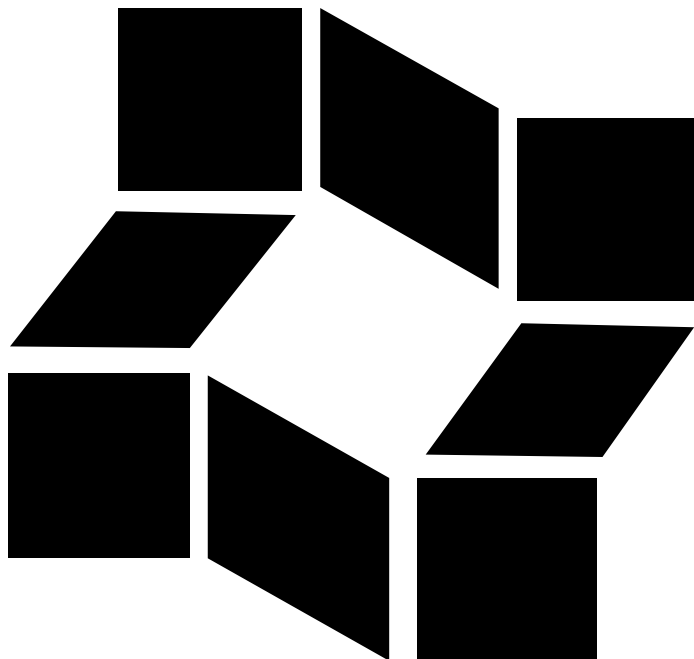
- a) não cabem embargos infringentes.
- b) o prazo para o recurso extraordinário ou especial relativo ao julgamento unânime começa da publicação do acórdão proferido na apelação.
- c) O prazo para recurso extraordinário ou especial, relativo à parte unânime do julgado, independe do julgamento dos embargos infringentes opostos contra a parte não unânime da decisão.
- d) não havendo interposição de embargos infringentes, o prazo para interposição do recurso extraordinário ou especial terá início no dia em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.
- e) Os embargos infringentes levam ao julgamento de todos os temas enfrentados pelo acórdão proferido na apelação.

89- A legislação considera como título executivo judicial:

- a) a sentença homologatória de conciliação, ainda que verse matéria não posta em juízo.
- b) a sentença arbitral quando devidamente homologada.
- c) a sentença homologatória de conciliação ou transação, desde que verse matéria posta em juízo.
- d) o crédito do perito, quanto a honorários que forem aprovados por decisão judicial.
- e) a sentença penal condenatória, desde que imposta pena pecuniária.

90- A ação de consignação em pagamento:

- a) só pode ser proposta contra quem, indubitavelmente, é o credor.
- b) só pode ser proposta após a tentativa do devedor de efetuar, por via de depósito bancário em conta corrigida a quitação da dívida.
- c) só admite contestação quanto à não integralidade do depósito, se o réu indicar o valor que entende devido.
- d) não se admite para quitação de prestações periódicas.
- e) ocorrendo impugnação do credor quanto à não integralidade do depósito, obsta o levantamento do valor consignado.



**ESAF**